

# Camelôs serão removidos na segunda-feira

A presidente do Tribunal de Justiça do DF, Maria Thereza Braga, suspendeu a liminar que garantia a permanência dos camelôs na plataforma superior da Rodoviária, no espaço que liga o Conjunto Nacional ao Conic. O secretário de Viação e Obras, Wanderley Vallim, informou que a transferência dos ambulantes será efetuada na segunda-feira.

Maria Thereza Braga acatou pedido de cassação do procurador Leodito Luiz de Faria. Ele alegou que o local ocupado é área pública de grande afluência e tráfego tanto de pedestres como de veículos. Observa que os camelôs estão criando transtornos para a população no seu ir e vir, "gerando grave lesão à ordem, à saúde e à segurança pública".

O procurador argumentou ainda que a ocupação daquela área faz com que os pedestres se "submetam ao sacrifício de andarem pela pista asfáltica, com riscos de vida". Ressaltou também que o comércio ambulante impede o acesso às paradas de ônibus e ao sinal luminoso. Segundo ele, esses fatos configuram-se em total afronta à população, pelo

seu despejamento do uso de bem público.

## TRANSFERÊNCIA

O secretário Wanderley Vallim disse que já convocou o presidente do Sindicato dos Vendedores Ambulantes, Antônio Francisco de Oliveira, para definir, em conjunto com o diretor do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras, Paulo Fonseca, a estratégia de transferência os camelôs para outro local. A operação será coordenada por quatro secretarias: Viação e Obras, Finanças, Segurança Pública e Serviços Públicos.

Vallim disse que todos os camelôs poderão se instalar na plataforma superior da Rodoviária, mas no estacionamento do Eixo Leste, em frente ao Touring Club. Observou que, nesse espaço, não atrapalharão os pedestres, uma vez que o estacionamento é de pouca utilização. Mas ressaltou que a medida só valerá até o dia 5 de janeiro próximo, quando todas as barracas deverão ser retiradas.

O secretário informou que os técnicos da SVO estudam também a possibilidade de criar uma área para a instalação de um ca-

melódromo. Disse que a medida colocaria um ponto final no problema que se repete anualmente, com a proximidade do Natal, quando há uma proliferação de ambulantes na passarela que liga o Conjunto Nacional ao Conic. Lembrou que tal fato é motivo de insatisfação dos lojistas.

Segundo ele, pensa-se inicialmente em demarcar áreas entre o Teatro Nacional e a L-2 Norte. O projeto manteria os camelôs em zona central da cidade, de bastante movimentação, mas não causaria transtornos aos pedestres, como ocorre no local onde estão atualmente situadas as barracas.

O presidente do Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes, Antônio Francisco de Oliveira, disse que pretende negociar com Wanderley Vallim uma medida que possibilite a permanência dos camelôs no estacionamento em frente ao Conjunto Nacional. Mas o secretário já adiantou que a questão está encerrada. "Vai ser naquele local mesmo. Ninguém está sendo removido para a periferia. Chega de discussão, não aguento mais", desabafou.

F. GUALBERTO



Trânsito conturbado, ameaças à saúde e à segurança: as alegações que derrubaram a liminar dos camelôs

## Acesso difícil incomoda lojistas

— A presença dos camelôs em frente ao Conjunto Nacional não nos incomoda quando se fala de concorrência aos lojistas. A maior queixa dos comerciantes é com relação à obstrução da área de acesso ao CNB. A explicação foi dada ontem pelo superintendente do shopping, José Raimundo Pires, que desde o início da polêmica, que culminou com a concessão da liminar assegurando a permanência dos ambulantes no local, não acreditava que a medida fosse mantida pela Justiça.

Pires argumentou que o cancelamento da liminar seria uma questão de direito e de justiça. "Isto aqui em frente está um perigo. Formou-se um verdadeiro corredor da morte, além da sujeira, mau cheiro e da própria freqüência". Ele contou que não são raros os problemas e que com a obstrução de pelo menos 50 por cento da pista, o pedestre corre o risco constante de atropelamentos.

Para o superintendente, se existe um decreto que

coloca os ambulantes em lugar previamente estabelecido, não há razão para tanta polêmica. "Entendemos que a intenção de trabalhar por parte dos camelôs é indiscutível, mas chateia muito quando se constata que aqui apenas 20 por cento são vendedores ambulantes de fato. O restante não gera tributos e está aí prejudicando a Operação Primavera, proposta pela governador Roriz", argumentou.

## LEI

Para o presidente da Associação Comercial, Nuri Andraus, que ajudou a fundar a Associação dos Vendedores Ambulantes, é lamentável que os camelôs permaneçam em frente ao CNB. "O vendedor ambulante de fato é cadastrado na associação e desde o governo Ornellas existe no Setor Comercial Sul uma área marcada para o comércio livre. O que se vê agora na Torre de TV, na Rodoviária e no próprio CNB é uma confusão, na

medida em que você sabe que não são camelôs legítimos na sua maioria e neste caso, a lei deve ser aplicada com rigor", asseverou Nuri.

Ele argumentou que se o decreto existe e além dele, a área para a prática do comércio, os que preenchem as qualificações de vendedores ambulantes, devem prová-lo e ocupar, em seguida, o espaço que lhes foi reservado. "Que se cumpra a lei, única saída para evitar a entrada de estranhos no ramo", decretou o presidente da ACDF.

No CNB, os lojistas não querem falar, preferindo aguardar uma decisão favorável. Um comerciante de jóias, que preferiu não se identificar, argumentou que apesar de não ter concorrência, o movimento acaba prejudicado. "Eles foram chegando aos poucos e o número cresceu assustadoramente. Que tenham vontade de trabalhar, muito bem, mas aqui não, porque o acesso ao shopping está praticamente intransitável".